

O ESTADO E A REVOLUÇÃO A QUESTÃO GUINEENSE IV

SEGUNDA PARTE OS DIAS DA IRA OU A CRIANÇA QUE FOI MAIOR QUE A GUINÉ

I

POSFÁCIO ANTES DO PREFÁCIO OU DO PODER QUE NÃO É PODER

Esta crítica não se conduz como um *fin em si*, mas, simplesmente, como um *meio*. Seu sentimento essencial é a *indignação*; sua tarefa essencial, a *denúncia*.

Karl Marx, in “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”

Fernando Jorge Pereira Teixeira *

teixeira_ferjor@hotmail.com

Queluz, 5 de Novembro de 2010



É difícil dizer que esta seja uma época feliz para a maioria do Povo Guineense, excepto para uns poucos privilegiados que vivem a custa do Estado (querendo portanto que este Estado continue assim como esta, totalmente desorganizado) e alguns detentores de um *poder* que não é *poder* -

apenas um *statu quo* periclitante - que pode explodir a qualquer momento, outra vez, como já aconteceu no passado. E mesmo esses tais “privilegiados” e “detentores do poder”, não acredito que sejam felizes, pois se o forem nas actuais circunstâncias, então são apenas lixo e não seres humanos normais e íntegros intelectual e socialmente. E isto independentemente da qualquer outro juízo sobre a sua moralidade ou honestidade.

Geralmente, esses parasitas, são **políticos** ou *pensam* que o são. As vezes até são pessoas que não desenvolvem nenhuma actividade política formal, mas têm sempre uma ligação qualquer ao corpo político da Nação. São deles a culpa principal por este nosso descalabro nacional. Pois na verdade a responsabilidade da situação actual não é de lavradores, pescadores, empresários, exportadores de castanha de caju e de pescado, engenheiros e doutores ou de qualquer outra classe, ou grupo social. E muito menos de uma tribo em particular. Paradoxalmente, nem é dos militares (como classe) e dos narcotraficantes como é comumente dito e aceite.

A culpa já há muito tempo - se queremos chamar os bois pelos nomes - é única e exclusivamente dos **políticos**. Ou de uma certa classe de indivíduos que assim se intitula e que *descobriram* que quem não tem capacidades para mais nada, pode “entrar” para (ou na) **politica** e fazer disso uma profissão e um modo de vida.

Aqui poderia fazer uma diferenciação (como mandam as *regras*) dizendo “**políticos** sem escrúpulos”, e assim, dessa maneira, dar o devido desconto aos **políticos** que são honestos, estão na política por convicção e para o bem do país. Mas não o faço propositadamente, pois esses geralmente nunca estão metidos em actos ilícitos e pouco abonatórios e isso fala por eles mais do que qualquer “desconto” ou “regras”. Esses nunca estão envolvidos nesta permanente conflitualidade institucional que é alimentado artificialmente - por vários indivíduos, de quadrantes diferentes, com interesses divergentes, mas sendo essencialmente de vistas curtas, incompetentes, antipatriotas ou simples bandidos, que só conseguem viver e prosperar neste pântano feito por *faits divers* de uma pobreza confrangedora, quanto objectos de análise política, mas extremamente danosos para a estabilidade política nacional.

Falo dessa gente, que são a nossa desgraça, porque se não soubermos como chegamos a este pântano, não saberemos como sair daqui. E são esses indivíduos, que há anos, não têm permitido o País mover-se em direcção à construção de uma Nação sólida e limpa na qual um ser humano decente gostaria e poderia de viver. Espero que um dia finalmente ajustemos as contas com esta canalha. Pois nesta hora de grave crise nacional têm comportamentos indecorosos, ominosos e criminosos. Ou será que alguém pensa que tudo isto aconteceu por acaso, sem a acção concertada ou não desses tais **políticos** que pululam pelo nosso país?

Na verdade existem muitos criminosos que andam a assobiar tranquilamente pelas ruas das nossas cidades. Pois doutra forma, pergunto, de onde saiu esta selva em que vivemos? Feita de assassinos a soldo, de narcotraficantes, da própria escória humana, que conspurcou toda a nossa dignidade? A nossa simples dignidade de homens, para já não falar da nossa dignidade de Guineenses.

Donde saíram estas bestas que caíram sobre o todo um Povo como um bando de abutres, matando, esmagando cabeças e ossos, vilipendiando as nossas almas e espíritos, destruindo dentro de nós tudo que nós fazia ainda sermos humanos? Para por fim destruíram a própria dignidade da Nação como *um todo*, transformando-nos pouco a pouco em escória igual a eles, aos olhos do mundo e pior aos olhos dos nossos próprios filhos e de nós mesmos.

Pois não contentes em destruir a dignidade do *pensamento* e *sentir* Guineense, destruíram os fundamentos da nossa história, o orgulho nacional e a dignidade da nossa *acção*, impossibilitando-nos de agir em nossa *própria* defesa, como cidadãos e seres humanos.

Como chegamos a um paradoxo em que o próprio *Poder* tem medo do *Poder*? Um País onde o próprio Primeiro-ministro (a acreditar nos boatos que circulavam incessantemente meses atrás, tanto na Guiné como em Portugal) tinha receio de voltar ao país por manifestamente haver um descontrolo da situação interna e a sua vida conseqüentemente poderia estar em risco? Como ele pode proteger o Povo (que é o seu papel principal) se não pode proteger a si mesmo e a sua família? E o mesmo vale para o Presidente (que embora nessa altura parecia não correr perigo de vida) que me dizem que “não estaria muito interessado” em ter guarda-costas militares, pois sabe perfeitamente que se um dia resolverem mata-lo, serão esses mesmos guardas incumbidos de o fazer.

No entanto mesmo conhecendo tudo isto, escrevo acreditando - contra todas as evidências -, que a nossa época, mesmo assim, deveria ser de esperança. E não porque “a esperança é a última a morrer” e outras insignificâncias que tais, mas pelo contrário, por ser realista até a medula e saber que não há desgraça que perdure e nem mal que nunca acabe. Por saber que precisamos sonhar para suportar a miséria nem que seja por um instante. Por saber que chegamos a um “ponto tal” de degradação política e moral, que já vivemos o nosso inferno na terra. Mas também e principalmente, pela corriqueira banalidade, isso sim, de não *podermos nos afundar mais do que o próprio solo por onde nos afundamos*.

Por si só, este entendimento me dá uma tranquilidade enorme; São destruidores? São daninhos? Destroem tudo “o que a vista alcança”? Pois bem, já não há muito mais para destruir, por isso têm que começar por destruir-se a si próprios - felizmente - “para o bem da Nação”. É assim - infelizmente - a dialéctica da História.

Por isso hoje, embora a contragosto, sou obrigado a falar deste a este tema - antes de continuar a tratar do objecto específico desta **Segunda Parte** do “**Estado e Revolução**” -, pois ela é cada vez mais perigosamente actual. E como Guineense que sou - querendo ou não, “influenciável” pelos acontecimentos quotidianos do meu País -, devo dizer duas palavras sobre os últimos. E apenas porque são importantes para clarificar o meu pensamento sobre a *Autoridade do Estado*.

Pois já o disse e continuo a acreditar que nenhum País se desenvolve só por obra e graça de qualquer Governo, por mais “competente” que ele seja. E também já disse, e nunca é demais repeti-lo, que a autoridade e riqueza de uma Nação só podem resultar da sua “organização interna”, independentemente de qualquer riqueza natural que tenha ou deixe de ter. O progresso de qualquer Nação depende inteiramente da solidez das “ideias comuns” dos cidadãos sobre questões essenciais. As “**Ideias Nacionais Comuns**” que devem estar acima dos partidos políticos, organizações da sociedade civil, confissões religiosas ou mesmo, no nosso caso, as tribos.

II

DA DIGNIDADE E RESPONSABILIDADE CRIMINAL DOS CARGOS MINISTERIAIS

“... Não percas o teu tempo com o País. Nada *da* resultado na Guiné. Nem investigação, nem ensino, nem o comércio. Esta provado que as empresas acabam todas indo a falência. A única coisa que *da* é a **política**. Pois através dela podes vir a ser ministro, director ou outra coisa qualquer e roubar o máximo que pudes. E só *dá* a **política**, porque ali não é preciso pensar muito. É só

apoiar alguém e depois ser nomeado e roubar a grande e a francesa.”

C. B., Quadro Guineense
desiludido com o país que o viu
nascido, no Bairro de Chão de Papel,
Julho de 2009

As pessoas devem estar preparadas para “**mandar**”/governar, mesmo que amparadas apenas na “força de vontade”, mesmo que apenas psicologicamente, já para não falar de genuínas e comprovadas capacidades técnicas e outras. Têm que acreditar profundamente que foram talhados para essa missão e que estão visceralmente habilitados para isso. Até os Reis, de quem se sabe de antemão que um dia vão reinar forçosamente, são preparados para *mandar*/reinar. Pois independentemente do “direito divino”, têm que “terrenamente” *saber trabalhar*, para no mínimo não envergonharem o País e *ajudarem* o máximo possível o seu desenvolvimento.

Alguns de nós acham que não é necessário ter nenhum *dom* especial para governar, nenhuma preparação ou inclinação. É só fazer *campanha eleitoral* e dormir ao ar livre (numa viatura todo terreno claro), como num “pic nick”, numa vila do interior ou numa **tabanca** e a partir daí a Nação esta em dívida connosco; e já podemos ir cobrar a dívida no próximo governo. E claro, o prémio mais cobiçado é ser **Ministro**. De que Ministério? Isso não interessa muito; Mesmo ser Ministro *sem pasta* já é muito bom. E “toda a gente” acha normalíssimo esse *nonsense*; depois admiramos do País que temos.

O problema é que muita gente pensa que ser Ministro não é nada de mais, que é só “**engenh**ar” (desenrascar); chegar a horas ao “seu” Ministério (para fazer figura e depois sair vinte minutos depois), ir ao gabinete e sentar na secretária, mandar ligar o gerador e olhar a correspondência para ver se há algum convite para uma viagem ao estrangeiro. Que basta fazer de vez em quando uns despachos e um ou outro *discursozito em reuniões plenárias de técnicos*, e já está. Que basta não roubar (bom isso é pedir de mais) ou roubar um pouco menos que o antecessor; Há gente que pensa que basta governar e não roubar e já está. Estas pessoas estão redondamente enganadas: Não devemos orgulhar de pessoas que “apenas não roubaram”; “não roubar é normal”, não é nenhum mérito. O problema não é “não roubar” mas é “não fazer nada” de positivo. Sobre isto falarei na Terceira Parte deste texto. Por hora devo dizer que a responsabilização deve ser sobre o facto de não terem feito nada “enquanto governantes” e com esse seu “absentismo” terem atrasado o país

Pois bem os ministros deviam (e devem) ser responsabilizados “por não fazerem nada” (por não terem feito nada). Aliás, deve haver uma **responsabilidade criminal** por “não fazer nada”. Deviam ser responsabilizados não apenas pelo roubo – embora quanto a este ponto é preciso desmistificar algumas noções e clarificar outras - e incompetência, eventualmente, mas pela morte de dezenas e dezenas de nossos compatriotas. Esses compatriotas que morreram, directa ou indirectamente, por esses Ministros nunca “terem feito nada” pelo país. Por falta de água potável, por hospitais degradados, estradas intransitáveis, epidemias de cólera e outros, fome etc., Não pretendo aqui ser exaustivo, cada um sabe na pele do que falo. O mais importante é se saber que todas as desgraças nacionais – económicas e políticas - tiveram um fio condutor que ia directamente a Gabinetes de pessoas concretas. E cada pessoa no seu tempo e no seu gabinete. E por não terem nenhuma noção disso naquela altura, isso não as iliba, pelo contrário.

Mas quando falo de Ministros, refiro-me é claro, também a outros altos funcionários do aparelho do Estado como Procurador-geral, Deputados, Juízes, Embaixadores, Directores Gerais, altos Funcionários do Estado, Oficiais das Forças Armadas, etc.

Esses *irresponsáveis* responsáveis que deviam “ter feito algo”, mas não fizeram, na sua luta permanente pelos despojos do País, em que na verdade se consubstancia de uma maneira geral, o “fazer política” na Guiné, devem ser responsabilizados de uma maneira ou de outra. Esses criminosos que foram Ministros (ou esses Ministros que se *tornaram* criminosos no exercício de suas funções), que fizeram um juramento quando tomaram a posse e nunca o cumpriram, deviam ser responsabilizados por esse juramento e por todas as consequências da sua nefasta prestação como Ministro. Pois se tivessem feito dez por cento do que deviam (já nem falo de 50%) o país não estava onde está.

E isto é válido para todos, sem nenhuma excepção. Pois repito, não estou a falar de 50% mas de 10%. Por isso nem podem dizer que não tiveram condições; porque para 100% podem não ter condições, para 50% pode ser difícil, mas para 10% tiveram. Para isso basta a nomeação e trabalhar. É tão simples como isso. Pois na altura da nomeação a pessoa sabia de antemão a situação do país, se aceitou o cargo, não poderá depois ter desculpas para não cumprir a sua obrigação (ou metade dela).

Se houvesse fiscalização dos actos dos detentores dos cargos públicos e do seu desempenho profissional e político eles seriam melhores tecnicamente e as suas decisões seriam melhores e cumpridos na íntegra. Essa fiscalização deve ser permanente e é - em última instância - o trabalho do povo. *Seu trabalha caro leitor*. E nem era preciso o Povo fazer como aqueles jovens Cabo-verdianos, que quando um Ministro deu o carro a mulher (ou a amante) para ir fazer as compras ao mercado, desmontaram todas as rodas do carro; um gesto simbólico (com alguma má-criação a mistura diga-se, mas necessário) para ela e o tal Ministro, saberem que “viatura do ministro” é pertença do Estado, portanto do Povo. E é para ser usado de acordo com regras estabelecidas num estado de direito. E o gesto dos jovens serviu para que esse Ministro entenda de uma vez para sempre, qual é a dignidade do cargo que ocupa, para por sua vez, se portar condignamente.

Se houvesse *responsabilização* permanente, se o próprio povo fosse o fiscalizador, haveria pouca apetência em lutar para ser Ministro. Mas para entender estas coisas a nossa mentalidade deve ser totalmente outra. Tem que haver nela um misto de amor a Pátria e ao Povo, com alguma dignidade e respeito pessoal, no mínimo. Se não, tudo isto parece muito ousado e exagerado. Mas não é; pelo contrário é este o caminho; acreditem no que vos digo para o nosso bem comum.

Neste país, em que para cada posto ministerial há dez candidatos no mínimo (maioria sem nenhuma qualificação), seja do mesmo Partido ou da Oposição, a **bicha** (fila) para “ser Ministro” já chegou a **Safim** e qualquer dia nem **João Landim** vai ser o limite. E cada um desses candidatos pensa e acredita genuinamente que *pode* e *deve* ser Ministro. Pior ainda, sente que só será alguém na vida, só será feliz, quando algum dia também for Ministro. Pobres seres; pobres porque são seres de antemão perdidos para a Nação; pois obcecados por esse mórbido desejo, todo o seu ser, todo o pensar e todas as suas energias, são dirigidas consciente ou inconscientemente no derrube do tal Ministro a quem querem substituir ou para ser mais exacto, “tirar o lugar”. São ervas daninhas apenas e lamento-os, por saber com muita pena que com eles, o País nunca ganhara nada, pois nunca serão mais do que criaturas incompletas.

Mas dos “aspirantes a Ministros”, passo para outra classe de indivíduos talvez piores que estes, a classe dos que já-foram-ministros (claro está, não me refiro a todos que foram ministros). Chamo-lhes a “classe dos Ex”. Muitos desses vivem ressabiados por já não serem Ministros e dedicam-se de alma e coração a combater os que agora o são. Embora hipocritamente escondidos, as vezes. Já se esqueceram que viveram trinta ou quarenta anos sem serem Ministros e que isso nunca

lhes diminuiu o carácter ou capacidade de homens ou de técnicos. Agora deslembaram que são (ou foram) licenciados competentes e técnicos capazes e já só vivem em função daqueles poucos meses que foram Ministros. A única maneira de se apresentarem (ou de serem apresentados) é: “fulano de tal, ex-Ministro de tal”. O resto, tudo de bom ou de mau, que fizeram durante a sua vida inteira, já não tem - estranhamente - valor nenhum para eles.

Há pessoas que passam a vida a troçar deles (não é o meu caso, pois aqui não há nada de engraçado, muito pelo contrário), pois conhecedores desta fraqueza de alguns dos nossos **políticos** (desses que já vos falei no capítulo I) já não lhes chamam pelo nome de baptismo, ou quando muito, pelo título académico, mas apenas e só por “Sr. Ministro”, mesmo sabendo que já há muito que não desempenham essa função. E eles nunca recusam ou desmentem esse tratamento, achando que é um direito que lhes assiste pela vida.

Há um empresário Português que viveu uns anos na Guiné, que talvez conhecendo a minha posição crítica quanto a este assunto, dizia-me que a Guiné era o único país do mundo onde “basta bater com um pau no chão” aparecem logo dezenas de doutores e candidatos a Ministros. Mas brincadeiras a parte, no ano passado estava eu na companhia de um ex-Ministro, que estimo particularmente, num café de Bissau (era Domingo de manhã) e pacientemente me indicava que eram pessoas que estavam a nossa volta. Quem é quem, quem foi quem, etc. Aquele café nem deve ter quarenta metros quadros, mas estava a abarrotar de Ministros, ex-Ministros, Secretários de Estado, ex-Secretários de Estado e outras “individualidades” que tais. Naquela sala, somente eu, as quatro empregadas de mesa e o rapazito que vendia jornais, nunca tínhamos sido Ministros ou Secretários de Estado. Nesse dia o Povo éramos nós, os restantes eram todos Dirigentes ou *Exs.* Dirigentes do povo. Era impressionante o indicador *per capita* de Ministros nesse trivial estabelecimento. Somos uma Nação de Ministros; como deturpamos tudo que é sagrado nesta terra. Ninguém “conhece o seu lugar” (em bom crioulo) na verdade. Aconteceu a mesma coisa nas últimas presidenciais. Uns país como Portugal com 800 anos de história e 10 milhões de habitantes tem neste momento uns cinco candidatos, um Brasil de quase 200 milhões de habitantes tem uns três, quatro; a Guiné teve uma dezena. Das duas, uma: ou as pessoas já não têm o senso do ridículo, ou destruímos a capacidade de discernimento das pessoas, a tal ponto, que estão tão baralhadas que já não sabem o que é o certo e o que é errado. E qualquer conclusão que tomamos como certo, é culpa de certos **políticos**.

Houve um vulto histórico, que quando na hora da morte, lhe comunicaram que iriam por na sua lousa tumular dizeres como “foi Ministro de tal, em tal ano” e “Ministro disto e daquele outro”, em ano tal, recusou peremptoriamente, dizendo no seu túmulo queria que escrevessem só o que ele fez pelo povo: *como* escolas ou hospitais e não o *que o povo fez* por ele, *como* “ser Ministro”.

De facto, “ser ministro” é algo que o *povo faz* por nós, meus senhores com letra minúscula. Por isso não devem andar por ai a dizer “**eu fui Ministro**”, pois assim estão a faltar a verdade. Deviam dizer “**eu fui feito Ministro**” no ano tal ou nos meses tais. Mas mesmo assim, dito desta maneira, deviam evitar dizê-lo; pois podem incorrer no risco enorme de vos perguntarem sobre a “vossa obra”, sobre o que deixaram aos vindouros. Sobre o “bem enorme” que fizeram ao País e ao Povo enquanto Ministros; quando foram feitos Ministros e juraram em cima do livro sagrado da Constituição que “alguma coisa” de muito bom, haviam de fazer.

Será que devo abrir uma excepção e dizer que não estou a falar de todos? O que disse atrás em relação aos políticos vale para aqui. Qualquer pessoa que me “conhece” sabe que não generalizo o que não se deve generalizar. Falo especificamente daqueles que, depois de terem já sido Ministros, passam o resto da vida a lamentar e a sofrerem por já não serem. Em vez de terem vergonha de terem tido a oportunidade de fazer algo pelo povo (uma oportunidade que única) e nada terem deixado como herança a geração seguinte. O que querem no fundo do seu coração é

apenas voltar mais uma vez a ser Ministro para fazer coisíssima alguma. Numa irresponsabilidade que roça a sem-vergonhice. Além de que num país onde *toda a gente* já foi Ministro, realmente há cada vez menos orgulho e dignidade nesse cargo. Hoje em dia, na verdade, até a “dignidade dos cargos políticos” deve ser criada, cultivada e reposta de novo.

De facto há muito que fazer neste País por um Governo sério e competente, para ser credível. E a partir dessa credibilidade, realizar o renascimento nacional. Pois ainda não é tarde, ainda é possível fazer da nossa Guiné, um bom País para se viver e não apenas para os Guineenses. Para mesmo os estrangeiros o escolherem como Pátria e terra de oportunidade como já faziam há uns anos atrás.

É este o triste retrato de alguns Quadros nossos que - com esta mentalidade - já estão perdidos para a Nação. Triste por que são dignos de pena e ao mesmo tempo são também culpados desta Nação ser tão triste. Desta Nação em que cada Ministro tem que despende parte da sua energia em fazer intrigas e jogos de poder para se manter no cargo; neste país em que cada Ministro (para não dizer todos) passa muito do tempo em que devia governar, nos **irãs, djambacus, muros**. etc, para manter o seu lugar - num exercício patético e despuadorado, indigno do cargo e demonstrativo da falta de inteligência – de uma forma tola e irracional. Demonstrativo de falta de inteligência porque toda a gente sabe, comenta e goza isso. Irracional, porque quem não acredita nas suas próprias capacidades e precisa de ajudas misteriosas, em bom rigor não devia assumir nenhum cargo de responsabilidade. Tola, porque as pessoas percebem, que ninguém faz as cerimónias, paga a **muros etc.**, para se manter no cargo por amor ao povo ou apenas para servir a Pátria. Se fosse para isso, não perdiam o seu tempo. Isso só é feito por quem pretende se servir e aos seus. Repito, não passaria (perderiam) tanto tempo nisso somente para o bem do País.

Por isso quando o Representante das Nações Unidas em Bissau, diz que um dos problemas do País era o facto de toda gente ter ambição de ser ministro, não me causou nenhuma estranheza. Porque sei que é verdade por conhecer o pensamento de muitos Quadros nossos. Mas “toda a gente” - literalmente *toda a gente*, Quadros ou não, mas principalmente esses que se definem como **políticos**, de que já referi - acha irresponsavelmente que *pôde* ser ministro neste País. E esta cultura advém de todo um passado recente, feito da enorme irresponsabilidade por esses mesmos agentes **políticos** de que já falei. E a história da pescadinha de rabo na boca. O que fazes erradamente no passado volta para ensombrar o teu futuro. E se há coisa da qual não podemos fugir é do nosso passado. Esse sentimento (e querer) ocorre de “toda a gente” *entender*, de forma deturpada que, se tantos *iguais* a eles (ou piores) já foram Ministros - e os que foram não eram melhores que eles, nem tecnicamente (pois se eram, não o demonstraram) e apenas fizeram asneiras na sua imensa maioria - então eles também não fariam pior e tudo ficaria igual (além claro do prosaico facto de querer ser ministro para simplesmente poder roubar, de que aqui não trato por ora, por ser um assunto delicado que deve merecer uma análise detalhada, para acabar de uma vez com alguns mitos que perpassam a nossa sociedade).

Tivemos (e temos) Ministros que orgulhavam-se de fazer coisas - as vezes corriqueiras, inocentes, ridículas, sem pés nem cabeça - que nada têm a ver com a dignidade da sua função e que não desenvolvem absolutamente o País e nem ajudam a organiza-lo. Coisas como chegar cedo e marcar faltas aos funcionários atrasados, mandar pintar o edifício do Ministério, mandar arranjar casas de banho, ir pessoalmente fazer tarefas de técnicos (para demonstrar a sua apetência para o trabalho), lavrar a terra, assentar adobes, empurrar táxis, fazer parte de comissões de festas, de cerimónias fúnebres, etc., mas raramente se orgulham de apresentar o seu trabalho genuíno, aquela para que foram nomeados e juraram cumprir com todo seu ser e se preciso for em detrimento desses mesmo ser.

Dizem-me que tivemos Ministros ou Secretários de Estado que nunca tinham vestido um fato antes da nomeação; e era preciso arranjar um fato emprestado a toda a pressa, para não irem de camisola ao empossamento. Acreditam nisto? Eu também não acreditava, até me contarem a história de uma ex-ministra nossa, que trabalhava em Portugal como empregada de limpeza. E cada vez que a patroa Portuguesa dela recebia visitas, a primeira coisa que fazia era contar com um ardor de incredulidade, que a sua empregada de limpeza tinha sido ministra na Guiné. E para confirmar chamava a “nossa” *ex-ministra* lá da cozinha para perguntar: Fulana tu não eras ministra na Guiné há bem pouco tempo? Confirma, pois as minhas amigas não acreditam... E a nossa digníssima respondia: sim sim; é verdade. Era a Ministra d ...

Valha-me Deus. Não é pelo trabalho que ela desempenhava. Ensinaram-nos desde pequenos que qualquer trabalho honesto dignifica o homem. E ainda bem que ela mesmo tendo sido ministra não presumiu trabalhar como uns que por aí andam. Mas a questão é totalmente outra. A dignidade de um Povo, de um país não pode ser assim posta em causa. Assim vilipendiada, assim trucidada.

Fazer *campanha* política é bom. Fazer justiça social muito mais. Nomear nossos amigos para cargos políticos é costume na Guiné desde há uns tempos, mas isto brada aos céus. Isto é loucura total, em forma de falta de respeito nacional; é de uma enorme irresponsabilidade que nem o fuzilamento dos responsáveis desta degradação moral da Nação seria suficiente. Quando vai haver moralidade neste país? Ou será preciso fazer uma nova Luta de Libertação? Ou será preciso fuzilar uma dezena de pessoas para por fim haver ordem e alguma moral no meio dos agentes políticos da Nação? Já Amílcar Cabral dizia: “... *É preciso saber claramente quem é que cometeu crimes contra o nosso Povo para ser condenado e mesmo fuzilado, se for preciso, seja chefe ou responsável.*”. Hoje é preciso acrescentar: “*seja Ministro ou outro alto funcionário de Estado.* Porque tudo isto é crime.

Por estes requisitos básicos nunca serem cumpridos hoje em dia “ser ministro” perdeu quase todo o respeito e prestígio que tinha outrora. O posto de ministro, esta tão desprestigiado hoje em dia (todo o ministro é olhado como apenas mais um gatuno), que é um mistério saber porque é que as pessoas querem sê-lo dessa maneira tão imperiosa. Mas ainda - nesta ordem de ideias - por ser ainda mais grave, por se fazer neste tempo e não no tempo das convulsões da guerra de 1998 (que na verdade este texto devia tratar), eu pergunto:

Como é que um país com tantos quadros e vastas capacidades, tem ainda pessoas sem nenhuma competência técnica, cultural e outras a desempenhar funções ministeriais vitais para o desenvolvimento do país? Ainda porque “foram a Luta”? Porque “fizeram campanha” política por alguém? por “serem parentes e amigos” de alguém? Como é que se percebe que um Governo que pretende melhorar o País, aposta em gente medíocre, cometendo mais um crime contra o Povo (pois não tenham nenhuma duvida que é um crime confiar os destinos da Pátria a gente incompetente. E não é apenas crime moral, é crime de direito comum). Não devemos olhar ao nosso redor tentando ver quem merece nos conduzir e quem é apenas mais um pateta?

Por isso para *alguém* – apenas e só – almejar a desempenhar essas funções, já deveria ter alguma “característica” que o diferencie de outros; E não apenas aquilo que chamo “ambição monetária”. E para serem nomeados e a ocuparem estes lugares devem ter também alguma ambição para este país. Alguma dignidade e não menos importante, algum saber (muito saber era desejável). E não é depois de ocuparem o cargo, começar a aprender como se desempenha; para depois virem apelar para “uma hipotética dignidade” que lhes deveria vir ser concedida, artificialmente, pelo governo seguinte, depois do desempenho das funções. Temos que entender

de uma vez para sempre que a dignidade, a grandeza e a genialidade não são dados a pessoas normais.

Mas quando é que esta mentalidade começou a fazer parte da mentalidade da raça Guineense? Depois de o multipartidarismo ter sido implantado? Pois mesmo o PAIGC, com todos os seus pecados, depois da Luta (e durante a Luta) não nomeava pessoas para postos relevantes a toa, apenas porque tivessem feito “campanha” (campanha nesse tempo era “ir a Luta”). Apenas porque era amigo de alguém. Havia algum rigor e mesmo que discordássemos dos critérios, havia critérios mais ou menos claros. Tinham o cuidado de ver as reais competências, pois além de diplomas, competência técnica e etc., existem outras dimensões no ser humano que o talha ou não para a liderança.

Até quando este estado de coisas vai ser “culpa” do **politico** para passar a ser “culpa” do Povo? A tua própria culpa caro leitor? Pois o povo não é um vocábulo abstracto; o Povo és tu. E nem poderás vir a dizer, como **Póncio Pilatos**, “lavo daí as minhas mãos”. Pois não lavaremos as nossas mãos com água, como ele, mas com sangue de inocentes e dos mais fracos, que não defendemos quando precisaram de nós.

III

AS LISTAS DE SALVAÇÃO OU “OS HOMENS NASCEM LIVRES E IGUAIS”

É na prática que o homem tem que demonstrar a verdade, isto é, a realidade, e a força, o carácter terreno de seu pensamento. O debate sobre a realidade ou a irrealidade de um pensamento isolado da prática é um problema puramente escolástico.

**Karl Marx, in
Teses Sobre Feuerbach**

Mas por agora vamos voltar aos dias da ira, aos dias em que um grupo de homens sem temer nenhuma consequência, sitia a própria capital do País, lança sobre ela um dilúvio de bombas, num inferno “ferro e fogo”. O PAIGC estava a provar o seu próprio veneno. Naqueles dias não parei um instante em casa; as viaturas já não podiam transitar quase, andava a pé de um lado para o outro. Toda a gente com um pouco de lucidez, conhecedor da situação dos militares revoltosos - eles não tinham *nada a perder*, absolutamente nada; quando levamos homens a uma situação de miséria tal em que já não *têm nada a perder*, tornam-se muito mais perigosos para a ordem estabelecida - começou a entender que o fim do conflito não seria conseguido de qualquer maneira e nem pela força das armas.

Com os serviços públicos e privados suspensos por tempo indeterminado, no segundo dia dos bombardeamentos, na tarde de Domingo, fui ao porto ajudar a minha irmã e sua filha quase bebe ainda a embarcar no porta contentores “Ponta Sagres” que foi o primeiro navio a abandonar Bissau com refugiados. A ponte cais estava quase deserta. Um senhor que já estava embarcado nesse navio ao me ver a despedir da minha irmã, me perguntou porque é que não aproveitava a oportunidade e fosse também para Portugal. Eu respondi que a Guerra ia parar em breve e tudo voltaria a normalidade. Eu acreditava no que dizia pois não tinha ainda a consciência da degradação total das Forças Armadas. Como estava enganado; Pois pouco a pouco, com o passar dos dias, a situação com os constantes bombardeamentos chegou a um ponto crítico em que o Governo perdeu o controlo da situação. Começou-se a perceber que não haveriam tréguas nem entendimentos, pois os militares amotinados tinham agora desafiado abertamente o Poder recusando qualquer entendimento ou oferta de paz. Foi quando começaram a desembarcar soldados do Senegal e da República da Guiné nossa vizinha

Os boatos eram numerosos, ninguém sabia o que iria acontecer. O caos já começava a ser geral. Todos os dias ia a casa dos meus pais e de outros familiares e amigos; tinha parado de dormir em minha casa pois havia trincheiras cavadas em frente ao prédio da ASDI e soldados Senegaleses já impediam passagem a noite para o bairro de Santa Luzia, sem salvo-condutos. No quinto dia, com quase tudo fechado, repartições, comércio, etc., com escassez dos alimentos, fomos obrigados (e a conselho de muitos) ficar num abrigo provisório das Nações Unidas no antigo hotel Portugal. Mas era mais para nos protegermos dos bombardeamentos, pois era um edifício antigo, com dois pisos, portanto achávamos que podia aguentar o deflagrar de um míssil que caísse por cima dele. A frente era o Centro Cultural Francês, que também abrigava muitos estrangeiros, tanto os de nacionalidade francesa como de outros países da união europeia. Dois dias depois de estar abrigado nesse sítio saí (embora as Nações Unidas proibissem saídas) para ir a casa dos meus pais em Chão de Papel para saber deles. Quando cheguei encontrei a casa abandonada; alguns vizinhos disseram-me que tinha sido levados por um tio meu a embaixada de Portugal, pois estava-se a organizar, a partir dessa representação diplomática, uma coluna para tentar chegar a Gâmbia. Ainda tentei chegar a embaixada mas em frente a sede do Benfica havia tropas governamentais e senegalesas por todo o lado. Não deixavam passar ninguém. Voltei para o Hotel Portugal onde no outro dia vim a saber que os meus pais viajaram nessa tal coluna motorizada rumo a Gâmbia.

Revoltado, temendo pela vida dos meus velhos, voltei para o abrigo provisório outra vez onde chegavam novas pessoas cada vez mais. Mas não pude evitar de pensar que se a minha velha **tia Feia**, que nunca tinha viajado na sua vida, tinha partido para Gâmbia (depois iria ao Senegal, depois a Cabo Verde e depois a Portugal), então as coisas estavam a mudar depressa demais.

Ao voltar para o abrigo encontro na praça *Che Guevara* tio Quintino, conhecido por “Rob Roy” totalmente desesperado com a situação do País. Ele, da etnia manjaca, quando eu era ainda pequeno, tinha imigrado para França com a sua esposa e os filhos, onde viviam em Marselha. Quis o destino que dias antes tinha vindo de férias depois de muitos anos ausente e por azar rebentou a Guerra. Como ele tinha a nacionalidade francesa, levei-o ao centro cultural francês e pedi para falar com o Director que o recebeu lá como cidadão Francês e educadamente, quase com vergonha, me pediu desculpas por não me poder receber (como se eu tivesse querido) por não ser francês. Nunca mais vi o “Tio Quintino” soube que conseguiu chegar bem França e encontrar a família.

Foi assim que essa revolta desconjuntou o País e as pessoas, que andando de um lado para o outro - **na iari iari** - não sabiam que decisão tomar e nem como implementa-la depois de tomada. Casas abandonadas a ladrões (a minha veio a ser assaltada totalmente), negócios esquecidos para sempre, carros perdidos, armazéns inteiros saqueados, assim era já o resultado dessa

Guerra de “**caba-ku-lebssimento-um-bias**” (como alguém o definiu), antes mesmo de a Guerra ter ainda um fim a vista.

II

Quis o destino que uma manhã por volta das oito horas uma senhora grávida (F. companheira do C. L. de P., que estava numa missão de serviço no estrangeiro), foi ter comigo ao abrigo (o tal provisório das Nações unidas no antigo Hotel Portugal/Galeão) e pediu-me que a leva-se para o Porto de Bissau, para tentar sair do País. Tinha ouvido dizer que havia um barco que devia sair essa manhã rumo ao Senegal e tinha esperanças que a levassem. Tinha viatura mas não estava em condições de conduzir dado o estado avançado de gravidez e nervosismo provocado pelos constantes bombardeamentos. Ela estava acompanhada por uma criancinha. Acedi ajudar e fui com ela, mais a minha então companheira, buscar o carro dela que estava em baixo do prédio dos Seguros na mesma Praça Che Guevara.

Comigo ao volante, arrancamos rumo ao porto depois de um bombardeamento intenso. Nessa altura já estava mais ou menos habituado aos constantes bombardeamentos. Por exemplo na rua dos meus pais já tinham caído uma bomba e dias antes ao ir ajudar um arquitecto trazer a mãe do bairro de **Bandim**, os ataques nos surpreenderam em **Cacoma** e os abusos passaram a rasar as nossas cabeças e destruíram uma casa em frente do da mãe dele. Por ele não estar em condições psicológicas para conduzir, tive que acelerar uma velha carinha *Peugeot* a à cair aos pedaços, o máximo que podia, para sair dessa zona que estava a ser fustigada violentamente nesse momento por tiros de morteiros. Conseguimos escapar, são e salvos, para ao chegarmos a meteorologia soubemos que já tinham atacado a zona de Benfica. O Porto também estava a ser fustigado pelas baterias antiaéreas de **Cumeré**. Esse arquitecto teve que depois fugir com a mulher e filhos através de Biombo numa canoa para o alto mar.

Mas continuando, ao sairmos raça rumo ao porto, apercebi-me que havia uma caravana da União Europeia com diplomatas de vários países protegida por militares franceses e senegaleses que também se preparava para deixar o Centro Cultural Francês rumo ao porto a fim de escaparem do cerco de Bissau. Não desperdicei a oportunidade, e numa arriscada manobra consegui “meter” o nosso pequeno caro no meio da caravana. Atrás do último caro da caravana, havia o camião de tropas senegalesas que fazia a protecção posterior. A frente havia um *Jeep* de tropas Francesas. Como não nos obrigaram a abandonar a caravana (com as bombas a cair não havia tempo), pensando que o pior tinha passado, estava mais tranquilo, quando antes de passarmos pelo antigo Café Ronda, a gasolina da nossa viatura acabou. Os outros carros começaram a ultrapassar-nos e na aflição em que estávamos, ninguém quis parar para ajudar-nos; por fim só sobrou o camião de tropas senegalesas que fechava a retaguarda. Vendo que estávamos totalmente entregues a nós mesmos, “perdidos por um, perdidos por mil”, levantei os braços e pus-me a frente do camião que teve de travar bruscamente para não me atropelar; ao aperceberem da situação e pensando que éramos diplomatas também (por estarmos no meio da caravana), os soldados içaram-nos para a carroçaria. Sentamos em cima de bazucas, granadas, metralhadoras e outros materiais bélicos espalhados pela carroçaria.

Assim chegamos ao Porto onde reinava uma confusão indescritível; centenas de pessoas estavam a tentar franquear a entrada que estava firmemente protegida pelas tropas do Senegal. Eu e as minhas companheiras como vínhamos no camião do exército conseguimos passar. Lembro-me de vislumbrar como num sonho dezenas e dezenas de rostos conhecidos pendurados nos muros, e encostados ao gradeamento do portão guardado pelas tropas do Senegal. Para os caros entrarem sem deixar a população entrar foi preciso muita força e ameaças dos soldados. Parecia que Bissau inteiro comprimia-se contra aquela barreira levantada e protegida pelos soldados invasores.

Ao chegarmos na ponte cais propriamente dita a confusão não era menor. Já ali havia centenas de pessoas desesperadas que davam tudo por tudo só para sair de Bissau (nessa altura não havia quase nenhuma outras saídas conhecidas. Bissau sendo uma ilha, as saídas eram poucas e a **Junta Militar** ocupava a estrada do aeroporto, a principal via de acesso a Bissau. Falava-se que através de *bolanhas* podia-se chegar a **Biombo** mas era perigoso, houve gente que morreu nessa tentativa.

Toda a gente estava com medo mas não arredava o pé. Havia centenas de pessoas que tinham abandonado as casas, os haveres, tudo e precipitavam-se para o Porto que era a única saída conhecida para fugir do inferno que se tinha transformado Bissau. Mas ali no Porto nesse momento que chegamos, para complicar tudo, a Junta Militar estava a disparar tiros de canhão contra os barcos atracados na tentativa de destruir barcos senegaleses ali parados que trouxeram armas e soldados para lutar contra eles. O objectivo da Junta era destruir máxima quantidade de barcos e de soldados senegaleses que vinham para os combater desembarcando ali.

As bombas *choviam* e caíam na água ao lado dos barcos parados. Se um míssil apenas que fosse, que caísse num desses barcos de guerra com munições, ia ser uma carnificina. Agradeço a Deus a falta de pontaria da **Junta** nesse dia. Toda a gente estava com medo, e o medo advinha de a **Junta** estar a bombardear o porto sem se interessar pelos civis que lá já eram centenas e centenas. A população civil para eles, pelos vistos, tinha pouca importância. Os obuses caíam indiscriminada mente e já estavam a matar população civil um pouco por toda a cidade.

Nós, a população civil, impensadamente, surpreendentemente, estávamos ali indefesos no meio desse fogo cruzado. Havia mulheres, crianças, velhos e novos; a cada disparo tínhamos que atirar-nos para o chão para nos proteger. Durante essas escassas horas que ali estivemos a tentar entrar no barco de Guerra para sair de Bissau foram momentos dramáticos. Já no Senegal e depois em Portugal, os Guineenses que estiveram no porto, nesses momentos dramáticos sofriam de uma fobia de ruído. Por ex. quando o vento fazia uma porta ou janela, bater com mais força do que o normal, saltavam do sítio onde estavam sentados, num gesto assustado, revivendo esses momentos dramáticos. Durou muito tempo para ultrapassarmos essa horrenda primeira semana inicial da Guerra.

Os bombardeamentos não nos davam tréguas; cada dez minutos tínhamos todos que atirar-nos ao chão para evitar sermos feridos, depois levantávamos de novo para cair logo a seguir ao silvo de mais uma bomba. Lembrava-me da minha infância em **Farim**, dos ataques do PAIGC a pequena vila; morriam dezenas de inocentes e nunca acertavam o maldito Quartel dos Portugueses. E nos passávamos a noite em claro dentro de um abrigo feito pelo meu pai, na despensa da casa.

Bem voltando aos dias de hoje, no meio da confusão, de gritos e explosões, havia estrangeiros que o capitão do navio, para onde todos queriam embarcar, tinha ordens para evacuar. Havia cidadãos guineenses que tinham mais direitos que outros. O direito de os seus nomes figurar numa lista que era uma espécie de salvo-conduto miraculoso.

A cada minuto que passava, as possibilidades de sair de Bissau, minguavam drasticamente. Eu receava que o barco viria a ser atingido por um dos mísseis que a cada 10 minutos passava a arrasar as nossas pobres cabeças e a explodir com estrondo nas águas em frente. O desespero era potenciado pela certeza, que toda a gente tinha, que a multidão que estava no porto não poderia caber naquele barco (acho que depois acabou por levar quase mil pessoas); então usando um “subterfúgio de ordem” partiu-se do princípio que havendo listas, quem não tinha nome nelas, não poderia reclamar. Pois se todos aceitássemos as listas como válidas, como instrumento de “uma ordem” a respeitar por todos, então a *Lei* eram as listas.

As *listas* eram diversas e de diversas proveniências: havia as do Governo (alguns governantes nessa hora de dor e aflição, querendo salvar os seus próximos, preenchiam listas com nomes de familiares e conhecidos que teoricamente tinham “autorização” para sair do país), havia os da União Europeia, da P.N.U.D. e outras organizações que não sei precisar. Mas no fragor do bombardeamento iam sendo alteradas, preenchidas em cima de joelhos, com nomes de uma ou outra pessoa que se encontrava no Porto nesse momento, mas que por algum motivo não estava numa determinada lista para se poder ter acesso ao barco. Mas este expediente não ajudava a colmatar a ansiedade e o medo que se tinha apoderado da maioria das pessoas. Havia choros, gritos, impropérios, amaldiçoava-se o governo, o PAIGC, o Nino Vieira, os Governantes todos por atacado, a Junta Militar (que não percebia que estava a matar Guineenses) e tudo que vinha a memória nesse momento de dor e aflição.

Havia atritos, pessoas perdidas, crianças que num momento estavam aqui e de repente já ninguém sabia delas, gritos, correrias barulho endurecedor de projecteis que caíam na água a nossa frente. E nessa confusão apercebi-me que a maioria de nós, que não pertencia ao Partido e nem ao Governo não poderia entrar no barco; e havia crianças ao meu redor, mães com bebés ao colo. Então uma raiva, até então desconhecida, começou a se apossar de mim.

III

Nesse momento, um Português, pertencente ao corpo diplomático (disseram-me depois que trabalhava na Delegação da União Europeia em Bissau), passou por mim com uma lista nas mãos, onde estava pondo nomes de estrangeiros, que achava que tinham *direito* de entrar no tal barco. Fiquei uns momentos a observar esse procedimento inusitado e totalmente descabido para mim. Depois sem poder me conter, tanta já era a raiva, perguntei-lhe se ele aceitava que essa gente, só por serem estrangeiros, tinham mais direito a entrar no Barco, do que essa criança (por exemplo) que estava ali ao meu lado? Então ele me disse, entre outras coisas, que o Presidente **Nino Vieira** tinha dado ordens terminantes para não deixar sair os Guineenses do País; por isso não se punha nomes de guineenses na Lista. Perguntei-lhe (a ser verdade o que dizia) se ele aceitava ordens de um Presidente, que entendia que a vida de um ser humano é mais importante que a do outro, apenas por ter nascido num país diferente? Respondeu que quanto a isso eu tinha que perguntar aos nossos governantes. Eu disse que ele tinha razão, um dia íamos perguntar-lhes, mas nesse dia, nesse local, ninguém cometeria essa injustiça a minha frente. Não admitiria isso, mesmo com o risco da minha própria vida. Arranquei-lhe a lista das mãos e lhe disse que “uma coisa lhe garantia, se os guineenses não entrassem no barco, juntamente com estrangeiros, eles também não entrariam” e jurei-lhe que eu e ele nesse dia terminaríamos as nossas vidas debaixo das águas do **Pinjiguiti** se preciso fosse, mas nem ele, nem eu, entraríamos vivos nesse barco. Lembro-me de ao meu lado encontrar-se um antigo colega Jurista e um outro que é Engenheiro Naval e a minha companheira, que me conseguiram acalmar, embora estivessem 100% comigo na minha decisão e indignação. Esse colega que era Jurista, anos depois viria a desempenhar uma das mais altas funções do aparelho de Estado. Infelizmente foi numa altura em que o Estado estava completamente desorganizado em função ainda das consequências dessa guerra que se desenrolava a nossa frente. Digo infelizmente, pois muito cedo reparei que era um *gentleman* na verdadeira acepção britânica da palavra, tanto em educação e maneiras, como no pensamento cosmopolita e liberal; coisa rara na nossa classe política. Daria um excelente Ministro dos negócios estrangeiros.

Mas continuemos: Por fim, depois de protestos veementes dos Guineenses, o capitão do barco, pressionado por todos os lados, enquanto os estrangeiros entravam, acabou rasgando uma das listas que lhe eram estendidas, num gesto de demonstração de Justiça. E disse qualquer coisa sobre a necessidade de haver igualdade entre estrangeiros e guineenses. E nos que estávamos a

beira do barco acabamos por entrar todos. Mas a lotação era superior a esse barco de guerra que nunca tinha levado tantos passageiros civis.

Depois de o barco estar totalmente sobrecarregado, com o perigo de afundar por tonelagem a mais, independentemente dos mísseis que caíam cada vez mais, nós já no barco, estávamos ao mesmo tempo aliviados e apreensivos, pois sabíamos que enquanto não saíssemos do Porto estávamos em perigo, pois bastava que um dos mísseis da junta caísse no barco para este explodir. Pois além do combustível, também transportava munições.

Por fim subiram a âncora e fizemo-nos ao mar; mas não sem antes um míssil ter caído a escassos cinquenta metros do navio. Durante uma hora navegamos no mar revoltado penosamente. Pouco a pouco Bissau foi ficando para trás. Até que paramos por fim há uma distância segura no alto mar; dali víamos claramente os bombardeamentos, as trajectórias dos mísseis de **Bra** e **Cumere** dirigindo-se para vários pontos da cidade e mísseis governamentais rasgando o céu em direcção a **Bra**. Era uma visão fantasmagórica, o Crepúsculo dos Deuses, que os nossos olhos assistiam sem poder acreditar.

De repente o motor começou a trabalhar de novo e o comandante numa loucura sem nome, mandou o barco regressar ao inferno do porto de Bissau. Nunca se viu coisa igual, o desespero foi total. Pensávamos que estávamos a salvo, afinal o próprio Comandante-em-chefe da marinha de Guerra Senegalesa tinha dado ordens, via rádio, ao Comandante do barco, para voltar para Bissau e ir buscar uma tal madame **Troaré** (segundo entendemos funcionária da PNUD) que nesse momento tinha chegado ao porto de Bissau, por fim, depois de muita luta, desde Bairro Militar onde morava. Nunca mulher no mundo foi mais insultada; os passageiros desesperados chamavam-lhe todos os nomes. Logo correu boato que era amante de **Abdu Diouf**, o Presidente Senegalês (houve também quem dissesse que afinal era do Ministro de Guerra), por isso voltamos. Seja como for, entramos de novo no inferno do porto, atracar debaixo das bombas para ver a madame com o seu cachorrinho nos braços, acompanhada de um serviçal, que carregava as malas, a subir directamente para a cabine do comandante.

Mas o pior não tinha ainda passado: Pensávamos que íamos partir logo de seguida, depois da detestada mulher embarcar, mas não: a filha da madame Troaré estava perdida pela cidade e não conseguira ainda chegar ao porto; tínhamos que esperar que um grupo de militares fosse a procura dela pela cidade inteira. Perdemos mais de duas horas nisso, por fim a adolescente apareceu, apertada nas suas *jeans* e voltamos de novo ao mar, para fazer trinta e três horas até ao porto de Dacar.

IV

Não tínhamos nem água para beber e nem comida para comer; Eu por exemplo tive toda a noite acordado a ajudar, a fotografar, a animar muita gente; ajudar uma mãe que com uma filha pequena que doente e totalmente desidratada vomitava a cada cinco minutos; tinha que segura-la, borda fora, de forma a que vomitasse no mar, sem cair no barco. E com o vento forte e ondas revoltas acabava vomitando tudo para cima de mim. Mas eu tinha tanta pena da pequenina que parecia que ia desfalecer nos meus braços, e da mãe que já fraca não a podia segurar, que continuei segurando-a cada vez que precisava. Assim outros como eu também ajudavam e faziam o que podiam; distribui-se bolachas e as vezes alguma água. As criancinhas choravam constantemente sem entenderem porque não estava nas suas camas quentes, mas ali no meio do mar debaixo da chuva. Mulheres fracas de mais para se aguentarem em pé, depois de todo o dia

na correria em Bissau e no porto, depois da luta que travaram para conseguirem entrar no navio com os filhos pequenos, jaziam no chão do barco (na cobertura) indiferentes a quem as pisava para passar. Há pouco tempos aqui em Lisboa encontrei a mãe (M. C. C.) da criança que segurei toda a noite, que me disse que ela já é uma mulher feita e inclusive já tinha feito dela uma avó orgulhosa. Fiquei contente, e decidi um dia contar a nossa história comum.

Mas não posso deixar de frisar que todo este desespero que vivemos é o contar de apenas *um dia* nesse porto e nesse mar encapelado, que embora verde, não era de esperança. Este é o relatar do dia em que lá estive; do “meu dia” – desculpem - do “nosso” dia, do “nosso” barco, da “nossa” fuga; mas *outros dias* houve, dias porventura tão dramáticos, que também merecem ser contados, que só não conto porque faltam-me detalhes, porque lá não estive e porque como já disse, este não é um conto, mas uma homenagem a esses guineenses; mas um dia contarei *todas* as histórias de cada um de nós, falarei de *todos os sofrimentos* de todos nós; um dia... e não me desesperarei a espera, pois sei que outros guineenses iguais a mim, iguais a nós, lá estiveram também... com *outras listas, em outros barcos*, é certo, mas com o mesmo desespero; creio que o sofrimento não foi menor e nem a determinação de vencer.

Nessa mesma altura que atravessávamos o mar, rumo ao desconhecido, outros guineenses atravessavam florestas e campos em caravanas desconjuntadas (como os meus pais e tias) também com filhos nos braços, também desesperados por abandonarem tudo, rumando a outras terras que nunca conheceram. E nessas travessias perdiam-se vidas, muitas vidas.

Nesse “nosso” barco havia gente que nunca tinha saído da Guiné e perguntavam como era Dacar e que seria de nós quando lá chegássemos. Eu para inflar algum ânimo, dizia que de certeza haveria organizações humanitárias que nos ajudariam e nada de mal aconteceria a ninguém; a maneira como dizia isso, dando a entender que conhecia bem o Senegal (que era verdade, pois viajava para lá constantemente, quando ainda Director de Serviços de Ambiente e não só), dava certa confiança e acalmava aos que me ouviam; asseverava constantemente que em breve, voltaríamos todos para casa. Eu mesmo precisava acreditar no que dizia, pois de outro modo não poderia resistir. Infelizmente enganei-me redondamente, nem eu pude voltar, como tanta gente nesse barco nunca mais voltou a pátria imortal e criariam uma vida nova em outras terras. Senegal, Cabo verde, Portugal, França, Inglaterra, Canada, Estados Unidos etc., desse barco saíram gente para todos esses países. Gente (conjuntamente com os filhos e netos que vieram a nascer) totalmente desperdiçada para a afirmação e desenvolvimento da Nação.

Quando finalmente chegamos a Dacar, outro dia a tarde, puseram-nos de quarentena para tomar vacinas e só depois desembarcar. Mas isso era preferível ao que passamos no mar. Ali no Porto de Dacar, esfomeados e sedentos, numa longa bicha, esperávamos pacientemente, pelos enfermeiros que nos vacinavam.

Nessa altura o tal Português das *listas*, que ainda estava ofendido (embora eu já tivesse esquecido toda a discussão, pois perante a enormidade da desgraça que se abatia sobre nós eu achava que isso tinha sido apenas um *faits divers* sem importância) e veio ter comigo, acompanhado de uma dezena de Portugueses e me perguntou se agora, “fora do meu País”, tinha a coragem de repetir a ameaça que tinha-lhe feito em Bissau. Eu quase sem poder falar, cansado por não ter dormido já dias seguidos, consegui ainda dizer num tom de ameaça, que “tinha coragem para isso e para muito mais e que não provoca-se!”. Os companheiros dele acalmaram as coisas e partiram; tinham mais que fazer coitados. Nesse momento éramos apenas dois, eu e o meu amigo P. (o tal engenheiro Naval) que irritou-se de sobremaneira com a atitude do senhor e disse-me em bom crioulo: “**no dibi ba dissou bu findil c. na Bissau**”.

Mas hoje volvidos tantos anos, se um dia encontrar esse senhor, lhe pedirei sinceras desculpas; não pela minha posição moral, pois continuo a pensar igual, mas pela maneira como foi dita; pois

na altura a minha raiva foi dirigida infelizmente contra ele, pois era a cara visível (com a *lista* nas mãos, a por nomes de alguns e a deixar outros de lado) dessa tremenda injustiça de abandonar crianças no porto, a mercê das bombas, e embarcar homens e mulheres adultos só porque eram estrangeiros ou porque alguém irresponsável tinha dado essa ordem. Mas o coitado não era nem de perto nem de longe o culpado do que se estava a passar. Era apenas mais uma vítima, um ser humano perdido, no meio de uma guerra estúpida e incompreensível que também o apanhou, no meio dela, sem mais nem menos, destruindo também sua vida. Ele entendia que no fundo, apenas estava a tentar ajudar, a tentar salvar alguns, a tentar por alguma ordem naquele caos, naquela loucura em que estávamos todos vivendo nesse porto.

Mas os nervos estavam a flor da pele e eu não pude compreender a sua situação assim como ele não podia compreender a minha indignação.

Mas esse dia, essa viagem, esse barco foi uma lição de vida para todos nós. Nesse barco - em que viajaram guineenses e senegalês, portugueses e malianos, franceses e espanhóis, chineses (estavam lá também, e com passaportes guineenses) e japoneses, estrangeiros de várias nacionalidades, todos unidos por um destino comum que podia ser o fundo do mar e alimento aos peixes – entendemos por fim que éramos todos iguais, não só perante a Deus, mas na verdade, na realidade, nesta terra e neste mar, sem nenhuma dúvida.

Nessa viagem, ricos e pobres, remediados e famintos, analfabetos e doutores, iam lado a lado, sentados no mesmo chão rijo de ferro, nivelados pela desgraça, esquecidos do vergonhoso “**bu sibi kim ki mi**”, oferecendo água e os poucos alimentos uns aos outros. Na verdade **Jean-jacques Rousseau** tinha razão ao afirmar que “*Os homens nascem livres e iguais*”.

Nesse barco, iam juntos homens e mulheres, crianças e velhos, brancos, negros, mulatos, amarelos, vermelhos, cafusos, cabritos, pardos, gente de todas as cores. Iam soldados e civis, transportando lado a lado computadores portáteis e metralhadoras, malas de luxo e simples sacos de plástico de roupas, carregando sonhos e angústias... e a única certeza que havia, era o facto de sermos todos guineenses e nenhum mais guineense que o outro e nenhum menos guineense que o outro.

Todos iguais na nossa desgraça. Todos iguais na entendimento profundo de como eram efémeras as nossas vidas e a nossa Pátria. Ali, por fim, todos iguais na compreensão medonha de que os que nos governavam - dos que dependia o nosso futuro como simples pessoas, como Povo no seu conjunto e como Nação - eram criminosamente irresponsáveis.

IV

CAMPUNI A USURPADORA A CRIANÇA QUE FOI MAIOR QUE UMA NAÇÃO

Não é o sofrimento das crianças
que se torna revoltante em si
mesmo, mas sim que nada
justifica tal sofrimento.

Albert Camus

Quem, sendo humano, pode assistir e viver tudo o que acabei de contar, sem criar um amor forte e profundo pela sua martirizada Pátria e pelos filhos dessa terra? Pois mesmo quem nunca tivesse amado o seu Povo, a partir desse dia, compreenderia que “amar o Povo” não pode ser uma escolha, não pode ser apenas uma decisão, mas um imperativo moral.

E sendo um “imperativo moral”, determina uma “obrigação moral” e essa obrigação nasce também do sentimento experimentado, pois ela não suscita só o amor, mas também o ódio. Pois pela nossa Pátria, pelo nosso credo, pelo nosso Povo - temos que *odiar* feliz ou infelizmente. Temos que *odiar* porque somos obrigados a isso. Temos que *odiar* profundamente os inimigos do Povo e da Pátria, tanto os externos como os internos. E para isso temos que saber quem são, sem nenhuma dúvida, para os podermos execrar e esconjurar *consequentemente*.

Mas somente *odiar* também não basta, é necessário extirpar o mal pela raiz; estancar as razões do nosso desespero como Nação e do nosso envenenamento como Povo. Para podermos destruir as sementes da nossa desunião, do nossa pobreza, do nosso sofrimento.

Para destruir por fim os nossos eternos “**Djitu ka tem**” e “**sufridur ta padi fidalko**”; pois não queremos parir *fidalgos*; não queremos *filhos fidalgos*. Temos que ser nós mesmos, hoje, os *fidalgos* da nossa terra e só assim, não admitiremos mais sofrimentos e nem “**sufridures**” voluntários ou obrigados.

É essa *fidalgua patriótica* de que reclamo, em forma de uma elite poderosa, interessada e invencível. É essa elite, essa força, esse querer, que chamo agora, pois **the time is coming**. Acredito que o meu chamamento - qual **João Baptista** no deserto, clamando pela vinda do Salvador – será escutado. É por essa força que existe ainda em estado latente que clamo, conclamo e proclamo, pois *sei* que quando se erguer, nada será como dantes.

II

Mas antes de terminar quero vos falar (na verdade tenho o dever) de uma **menina** guineense de oito anos que também estava lá sozinha, nesse dia, nesse porto, no meio desse caos infernal. Vagueando de um lado para o outro, olhando sem entender, com os seus grandes e lindos olhos negros, a loucura dos homens. Era a primeira vez que via o mar, sentia o cheiro da maresia e molhava os pés descalços nas suas salgadas águas. Era a primeira vez que via barcos, sem ser na televisão. Era a primeira vez que sentia o troar das bombas e compreendia (também pela primeira vez) o que era a morte, vendo que os homens matavam outros homens, da mesma terra, da mesma mãe. Sozinha nesse porto, onde foi parar levado pela enxurrada de pessoas em fuga, com fome e sede, perdida da família, sem ninguém para olhar por ela ou cuidar dela; magra, escura, de cabelos despenteados, a todos fitava tentando vislumbrar um olhar de comiseração, um gesto de carrinho um indício de interesse pela sorte dela; um sinal de bondade que seja; apenas um sorriso de compaixão que mitigasse o seu medo imenso. Alguém que oferecesse apenas um copo de água. Mas ninguém tinha tempo para ela... Para simplesmente senta-la no seu colo, segurar a sua pequenita mão e afagar a sua face febril, pentear os seus cabelos despenteados e olhar dentro dos seus maravilhosos olhos e dizer-lhe, *filha não tenhas medo, tudo vai passar... e um dia voltaras a tua casa, a tua mãe... para ser feliz...* Pobre campuni.

Vou *falar* desta menina porque *isto* não é acerca de mim. Esta não é a minha história; não é a história do meu sofrimento; não é decididamente a minha odisseia. É a história indesmentível do nosso Povo, da sua honra, do seu sacrifício, da sua dignidade vilipendiada dentro da sua terra pelos seus próprios filhos. Esta é a sua odisseia, parte de um capítulo apenas, no seu longo caminhar rumo a Nação. Estas páginas de glória e determinação só não são mais belas, pela

minha incapacidade de as retratar da maneira mais sublime, da forma mais próxima do que foi. Peço desculpas por isso, mas devo tentar na medida do possível, para que estas páginas soltas, da nossa história, não sejam esquecidas.

Esta é a história daqueles que nesse momento do nosso desespero, estavam desesperadamente atravessando o mar em frágeis canoas, como aquele arquitecto, que lutando para salvar a sua família aventurou-se mar adentro; nesse preciso momento, de pé, periclitantemente, numa frágil canoa, sem saber se ia morrer ou viver, entregava a filha de dois anos a um marinheiro desconhecido, debruçado na amurada de uma corveta da marinha Portuguesa, em pleno Oceano Atlântico. Com a convicção de que se morresse, pelo menos a mulher e filha se salvariam, e teria cumprido o seu dever de marido e pai.

Esta é a história daquela jovem de **Bissau Velho/Bedjo** que nesse momento estava dando luz numa inóspita **bolanha** - fugindo das bombas, debaixo do sol ardente - para morrer nos braços dos desconhecidos que passavam, para nos deixar um órfão de nascença.

Esta é a história daquele menino que perdeu o braço quando a bomba atingiu a sua casa e mesmo assim lá voltou a procura dos seus brinquedos.

Esta é a história daqueles quatro jovens que ao saberem da guerra saíram de **Canchungo** em candongas para se irem juntar a Junta Militar sem saberem porquê (“só sabíamos que estávamos a fazer coisa certa”) para dois morrerem e um viver para me contar aqui em Amadora. No dia que saiu de casa para ir para a Guerra nunca imaginou que viria parar a Portugal e nem sonhou com isso.

Esta é a história daqueles que lutaram e morreram contra o Governo. Esta é a história daqueles que lutaram e morreram contra a Junta Militar.

Esta é história daquela mãe que procurou os filhos em todos os campos de refugiados do Senegal e Portugal inteiro, que deu apelos em todas as rádios deste mundo, pedindo “por amor de Deus”, “**pa cabeça de bó mamé, bó djudam; bó tornam nha fidjus**”, para por fim os encontrar são e salvos.

Esta é a história dos jovens da Cruz Vermelha Guineense, como o dr. Chico, filho de enfermeiro, que cumpriram o seu dever de socorrer os feridos e enterrar os mortos, debaixo de bombardeamentos e metralha, sem nunca abandonarem Bissau, sem nunca abandonarem o seu dever, contra todos os conselhos e medos dos familiares.

Esta é a história de cada um de vocês, do que sofreram, do que viveram, do que sonharam nesses terríveis dias, seja na Guiné ou em terras distantes. De todos vós que sofriam colados a televisão e a rádio tentando saber a sorte dos familiares e da pátria. Esta é a história das decisões profundas que tomaram nesses dias da ira e raiva, sabendo que eram impotentes para salvar as vossas mães, irmãos e filhos que se encontravam na zona de Guerra.

Esta é a nossa história que só não conto por não saber contar; que não conto porque estas lágrimas não me deixam ver o teclado, nem os erros que cometo.

Esta é a história da dor, da perda, mas também de esperança. E estas laudas de glória e determinação só não são mais belas, pela minha incapacidade de as escrever da maneira mais sublime, da maneira mais parecida do que foi. Peço desculpas por isso, mas penso que devo tentar na medida do possível, para que estas páginas da nossa história não sejam esquecidas jamais.

Então, como não conheço todas as vossas histórias, vou contar apenas uma, apenas a dessa menina que sozinha olhava as águas do mar pensativamente. Por não saber o nome dela vou lhe chamar simplesmente de **Campuni** - um nome próprio muito comum na nossa Guiné -, pois mais que todos nós, nestas páginas, ela merece um nome.

Também lhe chamarei **Campuni** (*rpariga/ menina* no dialecto Bijagó) em homenagem a todas outras pequenas **campunis** desta terra que iguais a ela pagaram com o seu incrível sofrimento, o tributo ao altar da Pátria. Um silencioso tributo que ninguém contou. É desta forma que quero comemorar hoje a data da nossa **Independência**; Com este humilde contar, prestar o meu modesto preito ao meu Povo, a sua coragem, a sua abnegação e amor a sua pátria.

No porto, como disse, inicialmente só permitiam entrar nos barcos os estrangeiros e quem estava inscrito nas listas. Corria um boato de que o **Presidente Nino** tinha dito para não permitir a saída de Guineenses do país nessa hora grave. Então durante as primeiras escaramuças entre as pessoas para poder entrar no navio, os soldados senegaleses, empurraram toda a gente para longe; Depois de reposta a ordem começaram a chamada. O comandante lia os nomes de três listas que tinha na mão. A nossa menina levantou-se da borda do cais onde estava sentada encostada num contentor e aproximou-se timidamente da multidão que se acotovelava em frente ao barco. Era tão pequenina que ninguém a viu. Ali atrás não conseguia ver nada, pois os adultos tapavam-na de todos os lados. Mas já sabia do que se tratava, pois já tinha ouvido as pessoas a dizer que quem não tinha nome nas listas não entrava nos navios. Embora nada vendo, atrás de toda a gente, longe do barco, conseguia ouvir, pois o silêncio era quase total. Os nomes iam sendo lidos apressadamente uns atrás dos outros, pois o bombardeamento recrudescia:

- *Fulano da Silva...*

- *Presente!*

- *Beltrano Sanha...*

- *Presente...*

- *Sicrano Djassi...*

- *Presente*

E assim por diante essas felizardas pessoas iam subindo para o bordo do navio ante o olhar invejoso e impotente dos que iam ficar em terra, por não estarem infelizmente nessas *listas de salvação*. Dizia-se que alguns (?) membros do Governo e do PAIGC, as organizações internacionais, embaixadas e outras tinham elaborado as tais "Listas de Salvação" (o nome eu é que dei, por causa do seu papel salvador, mas só anos depois - ao ver o filme "*Lista de Schindler*", - e lembrei-me dessas vergonhosas *listas* de Junho 1998).

Quando cheguei ao porto, claro que o meu nome não estava em nenhuma lista: não era ninguém e nem família de ninguém minimamente importante. Mas como já contei soube delas também, como a pobre **Campuni**, alertado por uma amiga que me aconselhou que tentasse de alguma forma por o meu nome em qualquer uma das listas que já havia. *Listas de Salvação*, o nome parece pomposo, mas eram na verdade de salvação. Quem esteve nesse Porto, nessa altura, sabe que não estar numa lista era quase que equivalente a uma condenação.

Sendo sério (ou intelectualmente honesto), verdadeiramente não sei se algumas das *listas* vinham do Palácio ou os Governantes apenas pediam que os familiares fossem incluídos nas já existentes - conforme os barcos que iam aparecendo no porto -, para ajudar aos familiares e amigos

abandonarem o País ante a catástrofe eminente. Mas creio que havia de tudo e hoje infelizmente já não se poderá saber verdadeiramente, como essas *listas* eram elaboradas.

Mas segundo consta, nessa *lista* que estava a ser lida nesse momento, havia o nome da mulher de um ex-Ministro, dos filhos e de uma tia do mesmo. Só que a velha tia de setenta e tal anos ou mais, nunca conseguiu chegar ao porto por razões que ninguém conhecia. Talvez por falta de transporte, ou por ser idosa demais para tanta confusão que havia nas ruas. Ou simplesmente por não poder deslocar-se (ou por qualquer outro motivo). Mas como o nome dela estava na lista e mais importante, ninguém sabia quem era a pessoa (só a mulher do ex-ministro claro), além de que na confusão dos tiros e afugentamentos ninguém se informou ou avisou que a velha senhora não tinha vindo ao Porto.

Mas como dizia, o comandante do Navio de Guerra senegalês, um oficial de certa idade, fardado a preceito - aparentemente indiferente ao silvar dos mísseis que passavam cada vez mais rente ao mastro do barco, fazendo as pessoas atirarem-se para o chão – continuava a ler os nomes da lista. As pessoas, levantava-se do chão, ou saíam atrás de um contentor e corriam apressadas para o barco. Até que chegou-se a um nome que aparentemente “o dono” não respondia. O comandante repetiu então:

- *Mariama Pereira da Costa Namajo*

Ninguém respondeu.

- *Mariama Pereira da Costa Namajo...* - repetiu o comandante e repetiram os presentes, todos com pressa de chegar a vez deles.

Silêncio total de novo.

- *Mariama Pereira da Costa Namajo... última chamada* - gritou definitivamente o comandante Senegalês.

E lá no fundo – atrás das pessoas que se apertavam, empurravam e se pisavam, no afã de tentar entrar no barco - ouviu-se nitidamente uma vozita quase desfalecendo que dizia:

- *Presente! Presente!*

A pequena multidão não permitia ver a dona dessa voz, quase inaudível. Mas o banzé, o rame rame, cessou como que por milagre; e depois ouviu-se, arrancada com a última réstia de força, um gritinho de criança distintamente:

- *Estou aqui! Aqui atrás; Deixem-me passar!*

E todo o mundo virou-se para o local de onde vinha o som. Quando por fim vislumbraram, a “dona” da voz, era apenas uma garotinha, pequenina, magra, hesitante; de pé olhando para todos com algum receio, mas com um olhar decidido onde brilhava uma chama. Fez-se um silêncio total, pois ninguém esperava que uma criança pudesse chegar sozinha ao Porto (e ainda mais nesse horrendo dia) para ir apanhar um Barco e ir para o estrangeiro. As pessoas, incrédulas, foram se afastando pouco a pouco, abrindo um caminho estreito, entre os corpos colados, para ela passar.

Quando o comandante também a viu, embora a distância, ficou boquiaberto; pensou que os seus velhos olhos lhe pregavam uma partida. Depois, semicerrou os olhos, para a ver melhor; parecia fazer um compasso mental para poder entender e tomar uma decisão. Depois de certa ponderação e hesitação, por fim, ao ver que todos os presentes estavam suspensos dos seus lábios, tirou respeitosamente a boina, limpou o suor da testa, com as costas da mão, antes de perguntar em alto e bom som, *oficialmente* - como era o seu dever -, por fim a menina:

- **Soyez-vous madame** *Mariama Pereira da Costa Namajo?*

Alguns presentes apressaram-se a traduzir o *francês* do comandante para a Campuni, sem perceberem a ironia deste, pois a Campuni, pela idade não podia ser *madame*, só podia ser *une enfant* ou muito forçadamente (como nos bilhetes de avião) *mademoiselle*.

Nesse ínterim, enquanto todos esperavam curiosos a resposta da garota, só se ouvia o bater compassado das águas do mar na ponte cais. Até o bombardeamento cessou nesse instante, parecia que a própria **Junta Militar** queria ouvir a resposta dela...

Ela, embora com o medo imenso que só uma criança sozinha neste mundo pode ter, sem pestanejar - com os olhos brilhantes de lágrimas que se esforçavam para sair, mas que ela corajosamente sustinha -, disse em alto e bom som:

- *Sim. Sou! (i-a-mi)*

E para ninguém ter dúvidas (penso que a ideia foi essa), deu dois passos em frente e tornou a parar receosa e respeitosamente, com medo dos homens que a rodeiam.

- *Avance madame Namajo* - troou o Comandante ao ver a hesitação da “madame” criança.

Então toda a gente que parecia petrificada, afastaram-se as pressas, abrindo-se de uma vez por todas uma grande ala, por onde ela caminhou. E todos nós vislumbramos - com os nossos olhos que não mereciam tamanha visão -, como ela surgiu, caminhando timidamente, com o vestidinho branco toda manchada de sujidade, por tantas vezes se ter atirado ao chão de cimento do porto, quando as bombas sibilavam, rugiam e caíam com estrondo.

*E todos viram, que surgiu ao sol, que lhe feria os olhos semicerrados, com os cabelos despenteados **dela**, cobertos de pó, que o sol dava um brilho dourado.*

*Surgiu com a carita linda **dela**, molhada de suor, com os maravilhosos olhos negros **dela**, cheios de lágrimas, mas com uma expressão de alívio indescritível.*

*Surgiu com o temor **dela**, fazendo tremer imperceptivelmente os seus brancos dentes; com o receio de uma menina de oito anos estampado no olhar; medo de ser descoberta; receio de saberem que estava a mentir usurpando um nome que não era **dela**.*

*Surgiu nesse radioso Sol com o medo **dela** - que era ao mesmo tempo coragem imensa - de uma criança, que decide subir nessa barco desconhecido e enfrentar as tenebrosas ondas do mar que via pela primeira vez na vida, e partir para um país desconhecido, sozinha, para se salvar, porque sabia, como o nosso Povo, que ninguém a haveria de a salvar se não salva-se a si própria.*

*Surgiu sozinha porque nesse porto tinha lido aquele artigo único da Constituição da Republica que dizia “Cada um por si Deus por todos”, nas páginas rasgadas de um jornal que tinha sido publicado dias antes, onde também se lia que “soldados amotinados recusam a render-se”; esse jornal foi trazido pelo vento desde a Avenida **14 de Novembro** para vir pousar nas suas pequenas mãozinhas; essa folha de Jornal rasgado pertencera a princesa Liberdade que a soltou no vento, desde aquela noite de que vos falei, para poder aconchegar um outro menino, também perdido no mundo e na noite escura de Bissau.*

*Surgiu independente, mais independente que o País, porque ao contrário deste, ela sabia que não tinha um **Presidente**, um **Primeiro-ministro**, um **Ministro** que seja (não interessa se da Educação, da Saúde ou da Juventude), nem um simples **Instituto de Apoio a Criança**, que interessasse por ela. Sabia que já não tinha pais, tios e irmãos para velar por ela nessa hora grave da sua existência.*

E com essa coragem suicida, só possível numa Guineense, subiu a passadeira de madeira, estendida em sua honra, pois pequenina que era, não podia saltar para o bordo da embarcação. E com a dignidade dos seus antepassados estampado na face, atravessou-a de uma ponta a outra, no silêncio respeitoso e geral; e o comandante recebeu-a com uma vénia, deu-lhe a mão com respeito, ajudando-a a descer para o convés:

- *bienvenue à bord.* – A mais ninguém, o comandante desejou boas vindas. Sabia que ela merecia; pois ao olhar para a audácia dessa garota, deve ter percebido que a Guerra estava perdida para eles. Deve ter percebido que “**Guineenses bali pena**”.

Só não houve aplausos porque a multidão que estava a assistir não conseguiu ver a imensa coragem, a infinita dignidade, a grandeza e genialidade dessa menina. As pessoas não sabiam o que pensar e também não sabiam que ela era uma *usurpadora*. Mas se soubessem, teriam aplaudido, pois os Guineenses admiram a coragem acima de todas as outras qualidades humanas. Mas neste caso teriam aplaudido mais ainda, pela argúcia e audácia; porque no lugar dela, com a inteligência dela, com o carácter dela, nesse lugar, nessa circunstância, nesse momento, todos os presentes teriam feito exactamente a mesma coisa.

Por isso, usurpadora sim, mas digníssima *usurpadora*. Com muito orgulho. De todas as *usurpadoras* deste mundo, desde a Soberana do Egipto à Rainha de Inglaterra, nenhuma teve a dignidade e coragem da pequena **Campuni** nesse instante da sua vida

Nesse momento ela personificava todas as crianças que morreram, que ficaram inutilizadas, que ficaram órfãs nessa Guerra inútil, nesta martirizada terra. Personificava todas as mães que nesse preciso momento por toda Bissau, corriam de um lado para o outro, procurando os filhos, arriscando morrer sob as balas, se preciso for, para os encontrar. Como aquela médica, **A. R.**, vindo da Suécia (de uma missão internacional), mãe de quatro filhos, que encontrei em Dacar dirigindo-se resolutamente para a Guiné, de onde toda a gente estava a fugir, para entrar em Bissau a procura dos seus filhos, sem se importar se morreria ou não.

Sozinha, naquele pequeno e enxuto corpo, **Campuni** personificava todo Povo da Guiné, totalmente desamparado, pelos seus dirigentes, lutando pela vida.

Por isso cada passo que dava nessa passadeira, cada passo que assistíamos, era o Povo - de **Cabo Roxo** a **Cacine**, de ilha de **Orango** a **Boé**, de **Buruntuma** a **Bissau**, de Ponta **Calegete** a **Bolama** - que dava esse passo.

Por isso os passos eram lentos, arrastados e cadenciados. O Povo inteiro se sustinha nas delgadas pernas dessa menina. E assim caminhando, carregando a Nação inteira, ela entrou por fim no barco.

III

Tenho que parar por agora, embora ainda falta muito para contar da odisseia dos guineenses rumo ao desconhecido, rumo a esse mundo novo que despontou em 1998. Mas disso falarei na TERCEIRA E ULTIMA PARTE deste meu ESTADO E REVOLUÇÃO dedicado ao XXXVII Aniversário da nossa **Independência**.

Mas vou continuar a escrever acreditando que o nosso tempo, a nossa época, independentemente de todos os sofrimentos, deve ser de optimismo, pois não se esqueçam que não há mal que não acabe, e que **cada kussa que si cunsada ma e ta tem si fim**.

Termino com esta nota de optimismo, pois apesar de todas os desastres que o **Guineense** teve e de todo o sofrimento que sempre o acompanhou antes e depois da **Independência**, acredito

parafraseando H. Arendt - que é um “*ser dotado de uma maneira altamente maravilhosa e misteriosa, do dom de fazer milagre*”, e que um dia *agirá, tomará iniciativas e imporá um novo começo*.

Sei que me vão perguntar por ela, por isso direi que **Campuni**, essa, foi para Dacar sozinha; há quem diga que chegou até a Portugal antes de a sua mãe a ter encontrado, mas isso é outra história, uma pequena história apenas, dentro desta história maior do nosso Povo. Apenas direi ainda, que quando a mulher do ex-ministro (este foi um bom ministro) - que admirada com tamanha coragem e engenho, não a denunciou, embora soubesse que o nome que ela assumiu era da tia do seu marido - teve oportunidade de ficar a sós com ela, perguntou-lhe quem era e de quem era filha; e por fim lhe disse que o nome que ela utilizou para entrar no navio, era da tia do marido dela, já com mais de setenta anos de idade.

Campuni nada disse - só chorou, porque a comoção era muita para o seu pequeno coração; e as suas lágrimas rolaram pelo convés e foram juntar-se no mar às lágrimas de todas as *Campunis* da nossa pobre Pátria, que nesse momento, como ela, também choravam em algum lugar da nossa terra - mas o *nada que disse*, queria significar *tudo que não disse*. *Que não prejudicou ninguém. Que viu essa oportunidade, que ninguém mais viu* (embora tapada por pessoas crescidas que não a deixavam ver nada) *e aproveitou, porque não tinha ninguém para cuidar dela. Porque estava sozinha e desamparada neste imenso e medonho mundo*.

Dizem que essa mulher maravilhosa cuidou dela como dos seus próprios filhos e um dia entregou-a sã e salva a sua mãe. Mas a lição de heroísmo que essa menina nos deu vale mais que todo o bauxite e todo petróleo da Guiné.

Mas ainda não acabei esta Segunda Parte, falta um capítulo sobre os dias de hoje.

V

DA DIFERENÇA FUNDAMENTAL ENTRE O ESTADO, GOVERNO E PARTIDOS POLÍTICOS NA CONSTRUÇÃO NACIONAL GUINEENSE

“Não podemos pertencer a escola que legitima a infâmia de hoje com a infâmia de ontem;”

karl Marx, in *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*

Nos idos de 1991 quando pela primeira vez que escrevi um artigo de cariz político, afirmei que “de um modo geral a “política”, como “actividade profissional” nunca me interessou. Pois na verdade um recém-licenciado que passou os melhores anos da sua juventude a preparar-se para ser um técnico competente, não poderia no seu perfeito juízo, trocar isso por uma outra actividade

qualquer. Isso era não ter respeito próprio. Não ter respeito por sete longos anos de noites mal dormidas, de madrugadas em claro, de férias sacrificadas, para obter um diploma que era o corolário de toda a nossa vida passada e a base de toda a vida futura. Por mais que fosse aliciante a tal actividade. Por isso quando fui convidado para concorrer a deputado por **Chão de Papel** nas primeiras eleições legislativas em 1991, declinei e fui fazer um estágio em Urbanismo.

Independentemente destas razões, “sempre me pareceu que a nossa sociedade, não estava suficientemente amadurecido para nela se poder desenvolver uma actividade política sã, séria e com resultados satisfatórios, para o bem da governação da “coisa pública”. Pois nunca tive dúvidas que a minha **responsabilidade** - como simples cidadão ou como elemento da nossa elite, da nossa *intelligentsia nacional* -, é ser um servidor da verdade e da moral, dizendo e propondo soluções sobre matérias de relevância nacional para um público que pode fazer alguma coisa a respeito disso. Mesmo que apenas hipoteticamente. Pois sem este pressuposto, de que adianta fazer politica?

Alem de que fazer politica em países pobres como o nosso pressupõe compromentimentos elevadas que têm a ver com a própria dimensão humana que vem do *espírito* do “Manifesto”: a necessidade de “compreender o mundo” como um *meio*, para o “poder transformar” como um *fim*. Mas a “transformação” tem que ser *necessariamente* para melhor. Portanto a necessidade de “fazer politica” como um *meio*, para “melhorar a vida do Povo” como resultado almejado, como um *fim*.

E “fazer politica” por fazer, apenas como trampolim para ocupar postos no aparelho de Estado e resolver problemas pessoais nunca me interessou. Primeiro porque é desinteressante para qualquer indivíduo inteligente e com algum amor a sua Pátria. Segundo porque pressupões escolhas morais, as vezes tão duras, que nos fazem romper com os nossos próprios amigos e familiares. Terceiro porque as decisões que as vezes somos obrigados a tomar violentam o nosso ser e a nossa consciência. Quarto porque é criminoso na sua essência usar o povo para os nossos fins pessoais.

Mas passados todos estes anos, depois de conhecer no meu trabalho diário, no interior profundo, na região mais pobre do mais pobre país do mundo, a infinita miséria do nosso povo; depois de testemunhar a demagogia, a falta de patriotismo e falta de preparação dos dirigentes do Povo; depois de assistir o exercício de uma “democracia” fraudulenta e enganadora do povo; depois de assistir ao horror da guerra de 1998; depois de conhecer dez anos de descontrolo total do Estado e da coisa pública; Depois de ter constatado, que passaram-se trinta e sete anos de vida do nosso Povo em vão, resolvi “fazer politica” por fim.

Sabendo que fazer a politica de verdade é sentir o sabor de viver no limite e ter a ventura de saber que não haverá amanhã e mesmo assim olhar a morte nos olhos e aceitar morrer por um ideal maior. Mas por tudo que escrevi sobre o país, o Povo, a Governação e certos Políticos, decidi também que devo fazer politica de novo tipo. Pois não poderia nunca “fazer politica” como eles. Por tudo isto e mais considerações que aqui não cabem, tomei a decisão solitária, de sempre que puder evitar, não criticar os dirigentes políticos do meu país.

Embora esta decisão tem outras razões de índole mais pragmática: Primeiro porque esse exercício servirá ao mesmo tempo, infelizmente, para também criticar também o meu País mesmo que indirectamente. Alem de que geralmente não resulta em nada, quanto a melhoria do desempenho governamental, pois creio que raramente são lidas por esses mesmos dirigentes; e se as chegarem algum dia a ler creio que não as ligariam *nada*, pela simples razão de que poderiam colidir com os seus interesses pessoais.

Segundo, porque na ânsia de perseguir objectivos mais elevados, criticando coisas corriqueiras, nefastas e vergonhosas, acabamos prestando um mau serviço ao nosso próprio Povo: Pois muitas vezes, sem sabermos, estaremos fazendo o jogo dos que menos merecem ter uma visibilidade nacional ou internacional, que querendo ou não acabarmos por os *legitimar* de certa maneira quando os damos importância que não deveriam ter (embora a tenham neste momento por imperativos do descalabro nacional). Mas não é somente isso, é ainda mais complexo: infelizmente cada crítica, mesmo a mais justa, é um tiro no pé e mais um buraco na nossa pobre e depauperada economia. Este País é como um doente na fase terminal, que o mais pequeno abanão lhe pode ser fatal.

Quando por exemplo, oiço na rádio “RDP África”, notícias sobre o meu país (geralmente não são notícias, mas um ror de baixezas, traições, incompetências, estupidez e boçalidade; em suma um desenrolar de torturas, assassinatos, agressões, insultos etc.) sinto tanta vergonha que me apetece fechar o vidro do carro para ninguém mais ouvir o que no meu país se passa (Mas isso não se passa só comigo; é um reflexo condicionado nacional, pois há crianças guineenses que quando a Guiné aparece nas notícias aqui em Portugal, tentam rapidamente mudar de canal para que os colegas de outros países, não verem as nossas pouca vergonhas). Quando centenas de pessoas lêem o que escrevo, creio que ao escrever sobre essas mesmas boçalidades, acabo por dá-las a conhecer, sem querer, a outros guineenses que as não conheciam; o que apenas contribuirá para esmorecer a esperança dessas pessoas no futuro em vez de as conquistar para a causa. Este é o meu maior medo, pois constato que com tantas *mas* notícias muita gente já “desistiu” da Guiné.

Também não escrevo sobre nefastos acontecimentos dos últimos tempos - por puro idealismo patriótico - por entender que conspurcariam estas páginas que servem para enaltecer o Povo e a Nação. Além de que gostaria que estas laudas viessem a ser parte da semente que pretendo plantar no coração dos Guineenses. A semente de esperança num porvir melhor.

Por agora quero entender o que se tem passado desde as últimas eleições presidenciais, neste País. Pois mesmo quando se quer vislumbrar alguma esperança, ou se ter alguma confiança em certos actores políticos, existe uma permanente guerra institucional e outra sobre tudo e mais alguma coisa. Sobre nomeações, sobre políticas, sobre as perspectivas e “ideia” sobre a Nação. Coisas que devem merecer um amplo consenso nacional a todos os níveis.

Por isso antes de continuar quero ser entendido textualmente, que não defendo nenhum dos lados deste conflito latente - e nem podia defender pois não se defende facções dentro do Estado. Estado deve ser algo sem facções; algo acima das facções - desta tensão permanente, que é na minha opinião uma vergonha e um enorme *handicap* ao sossegar da Nação e do povo. Além de ser uma pouca-vergonha nacional. Pois na Guiné a “pouca-vergonha” já foi elevado a dignidade de Estado.

Portanto, estes recentes acontecimentos, noticiados aqui em Portugal, com a crueza informativa habitual - e com a vaga de boatos que os acompanharam, falando de cenas inqualificáveis de baixa intelectual e política, para não falar da imoralidade e falta de vergonha – que tem acompanhado as notícias recente sobre a Guiné, não deixam indiferente nenhum Patriota.

E como tal, não me deixam outra alternativa senão dizer duas palavras sobre a *Autoridade do Estado* e do próprio *Governo*. Quero dizer, da “falta de Autoridade” do Estado e da total incompreensão de alguns detentores de cargos públicos, da dignidade imanente desses cargos. Pois independentemente da culpa de cada agente político, de que já falei antes, existe outras dimensões inerentes aos cargos políticos relevantes, que pela sua dignidade - tem que ser exercidos com dignidade - os que o desempenham têm que ter o respeito devido a esse cargo.

Por maiores divergências que tenha com a maneira de exercer o cargo por um Presidente, não posso aceitar que um Chefe de Estado-maior das forças Armadas por exemplo ou qualquer outro detentor de um cargo publico tome decisões próprias, em contradição com as ordens dele, enquanto estiver servindo debaixo da sua autoridade. Por mais que esteja em desacordo com um Primeiro-ministro não posso admitir que um ministro o desautorize no exercício das suas funções constitucionais. Pois independentemente de quem ocupe determinado cargo, em determinado momento, tem que haver o respeito pelo cargo em si. Pois nestas circunstâncias não é o homem que faz o cargo, mas o contrario.

II

Na Alemanha, onde o Estado esta por definição, acima dos partidos, os dirigentes dos partidos, para uma melhor *performance* governativa, usualmente abdicavam sua lealdade partidária assim que eram nomeados Primeiros Ministros, ministros ou para o desempenho de qualquer outra função de âmbito nacional. A *infidelidade* ao próprio partido era o dever de quem quer que assumisse um cargo público. Pois a primeira lealdade de um governante deve ser para com o País e o Povo, só depois para com os seus companheiros do partido. Se um governante não entender isto não merece ser governante.

E tudo isto tem que ter como invólucro, um genuíno “orgulho nacional”, pois não iremos á parte alguma sem nos orgulharmos de nós próprios. E esse orgulho só pode nascer e existir em cada um de nós, quando cada um entender que tem responsabilidades enormes perante a Pátria e o Povo. E interiorizar que essa responsabilidade não é abstracta, mas real, como essa paisagem que esta defronte aos teus olhos. Que essa responsabilidade não é uma escolha, não é um querer, é um dever sagrado. E o facto de não exercermos esse dever não nos iliba de nada, apenas nos condena.

Estes cargos têm uma “dignidade acima dos Partidos” e das próprias pessoas que as desempenham, pois são, a sua maneira, um dos garantes da soberania e da perenidade da Nação e Povo. Os cargos ministeriais, por serem de âmbito nacional, por si só, têm uma dignidade *intrínseca* que ultrapassa os detentores desse cargo. Por serem cargos com uma “dignidade nacional” devem ser ocupados por gente com - no mínimo - *alguma* dignidade, tanto moral, como técnica. Quem ainda não entendeu isto nunca deve ser ministro em tempo algum e em governo algum.

Mas antes de avançar, sobre este particular uma vez assisti no Senegal uma discussão de âmbito nacional, na qual entraram todos os observadores, comentadores, politólogos, o diário “Le soleil”, o semanário satírico “le Canard Enchainé”, além dos Partidos Políticos, sobre a bondade da decisão de **Abdoulaye Wade**, de nomear para um posto ministerial uma senhora que manifestamente não tinha competências para o cargo (por não ser licenciada entre outros parâmetros julgados relevantes). Mas como era uma activista militante do Partido do “**Sopi**”, o Presidente entendia que por ter ganho as eleições, tinha autoridade e legitimidade suficiente para nomear “até o seu cão” – teria dito a porta fechada - se assim entendesse para um cargo político ministerial. Estava redondamente enganado, como toda a gente que caiu em cima dele (até alguns do seu próprio partido), fez questão de o dizer: Os cargos ministeriais são pertença da Nação e não de partidos políticos, tenham ou não maioria parlamentar.

Portanto os postos Ministeriais e outros de igual gabarito, têm uma *dignidade intrínseca* por si só, que advêm da própria Constituição da Republica – e não menos importante da própria *ideia* e *percepção* da *Autoridade do Estado* que os cidadãos devem ter - independente de quem as ocupa

num determinado momento. É tarefa do Governo zelar para que assim seja e assim permaneça, como é sua tarefa também, zelar pela lei e ordem no país, por exemplo.

São estas as diferenças fundamentais que existem entre o Estado, o Governo e os Partidos Políticos numa democracia. Nós como cidadãos, a nossa primeira lealdade deve ser para com o Estado, e este tópico nunca deve ser aberto a discussão, mesmo nesta nossa pobre “democracia” que nos últimos tempos adoptou esta forma feia e assustadora

Há uns tempos, um antigo Primeiro-ministro defendia que os antigos servidores de Estado como por ex. Ministros, deviam ser *tratados com dignidade depois* de abandonarem os seus cargos. E esse “tratamento condigno” no nosso caso (um país de pobres e miseráveis) deve claro, pressupor a oferta de carros e casa, etc. A primeira vista parece algo dito com alguma sabedoria e sensatez, pois até os mais radicais devem concordar que o desempenho de uma alta função a nível estatal subentende deveres e obrigações, mas certos direitos também.

Mas eu pergunto: Não seria mais correcto que, quem fosse ocupar cargos no aparelho de Estado já estivesse *a priori* “imbuído de dignidade” - de *alguma* dignidade que fosse, mesmo a mais pequenina - antes de ocupar esse cargo?

Não devia ser condição - *essencial e necessária* - para ocupar qualquer cargo público relevante, que o candidato tenha intrínseca dignidade *antes* e não *depois*? Pois, se os “tais” ex-ministros não tinham dignidade *antes*, não é *depois* de ocupar o cargo, que passam a tê-la, e por conseguinte “serem tratados com dignidade” *depois* das suas exonerações ou cessação de mandato.

Porque felizmente, das poucas coisas que não se podem conceder neste mundo e nesta terra, onde tudo se compra e tudo se vende, é a **dignidade, grandeza e genialidade**. Ou se tem ou não se tem.

Termino repetindo o que já disse várias vezes: “ A Independência Política” não era o “fim lógico” da Luta, mas sim este outro objectivo superior que é a “Construção da Nação”. A Independência era apenas a ponte que nos levaria à outra margem. E já estamos nesta margem, a ponte já foi destruída, não há volta. Então vamos fazer o que? Vamos destruir o sonho? Vamos construír a Nação? Vamos criar nas nossas entranhas um amor tão grande ao Povo que estejamos dispostos a sacrificar-nos para que a geração futura seja feliz? E quando falo no amor, refiro-me ao “concreto” e não ao “abstracto”. O amor em *abstracto* consome-se no seu próprio fogo. O amor em *concreto* determina fazer *algo*. E esse *algo* é o meu objectivo. E é esse *algo* que de uma forma ou outra, agora ou depois, traduzir-se-á num País melhor. **Se não fizermos isso** não poderemos dizer, outra vez como Pilatos, “*sou inocente do sangue deste homem*”. Porque todos seremos culpados desta vez. E a culpa já não será do PAIGC, dos seus dirigentes que já não se encontram entre nós, nem dos políticos corruptos e outros inimigos do Povo. A culpa será das novas gerações; da vossa geração. Porque se na verdade somos todos culpados - pelo que fizemos, não fizemos e pelo que deixamos fazer - cada dia o seremos mais, enquanto não assumirmos nossas sagradas responsabilidades para com a Nação.

Mas podemos fazer o milagre, pois como vos disse somos a Nação Africana que pelo nossa luta, pelo nosso sofrimento, pelo nosso subdesenvolvimento, pelo nosso orgulho e filosofia de vida podemos levantarmos do nada e ultrapassar todos os nossos vizinhos e dar inicio a nossa redenção. Pois eu acredito que “*O milagre da liberdade está contido nesse poder começar que, por seu lado, está contido no facto de que cada homem é em si um novo começo, já que através do nascimento veio ao mundo que existia antes dele e continuará existindo depois dele*”

Atentamente

Arq. FERNANDO J. P. TEIXEIRA

* Licenciado em Arquitectura (Rússia 1991). Pós graduado em Urbanismo (ISCTE)

[ESPAÇO PARA COMENTÁRIOS AOS DIVERSOS ARTIGOS DO NÔ DJUNTA MON](#) -- PARTICIPE!



VAMOS CONTINUAR A TRABALHAR!

Associação Guiné-Bissau **CONTRIBUTO**

associacaocontributo@gmail.com

www.didinho.org